

Vivemos um dos momentos mais decisivos da história da humanidade. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, uma tecnologia reúne o potencial para transformar simultaneamente a economia, o mercado de trabalho, a ciência, a educação, a saúde, a administração pública e a forma como as sociedades organizam a produção e distribuem a riqueza. A Inteligência Artificial (IA) deixou de ser uma promessa tecnológica para se tornar uma infraestrutura estratégica que influencia decisões empresariais, modelos de negócio, competitividade nacional e relações sociais. A velocidade desta transformação é tal que muitos especialistas defendem que a maior ameaça já não reside na evolução tecnológica em si, mas na incapacidade das instituições de acompanharem esse ritmo.

Foi precisamente esta preocupação que motivou um grupo de 16 laureados com o Prémio Nobel, juntamente com mais de duas centenas de economistas e investigadores internacionais, a subscrever um manifesto promovido pelo Stanford Digital Economy Lab, apelando à necessidade de agir imediatamente perante a revolução desencadeada pela Inteligência Artificial. A mensagem é clara: esperar por consensos políticos ou científicos absolutos poderá significar perder a oportunidade de orientar esta transformação em benefício da sociedade. A história demonstra que as grandes revoluções tecnológicas nunca esperaram pelos calendários legislativos, pelas reformas educativas ou pela adaptação das organizações. A IA parece seguir exatamente esse percurso.

Ao contrário de anteriores vagas de automação, centradas sobretudo em tarefas físicas e repetitivas, a Inteligência Artificial Generativa intervém hoje em atividades cognitivas altamente qualificadas. Redige textos, produz software, interpreta exames médicos, apoia decisões clínicas, desenvolve modelos financeiros, cria campanhas de comunicação e acelera processos científicos que anteriormente exigiam semanas ou meses de trabalho humano. Brynjolfsson, Li e Raymond (2025) demonstram que a IA funciona cada vez mais como um complemento da inteligência humana, aumentando significativamente a produtividade quando integrada em equipas capazes de combinar conhecimento técnico, pensamento crítico e supervisão humana.

Contudo, esta transformação não ocorre de forma uniforme. Acemoglu (2025) alerta que a tecnologia, por si só, não determina o progresso económico nem o bem-estar coletivo. Os seus efeitos dependem das escolhas políticas, institucionais e empresariais realizadas durante a sua implementação. A IA poderá criar empregos altamente qualificados, aumentar salários e impulsionar o crescimento económico, mas poderá igualmente substituir milhões

de trabalhadores, concentrar riqueza em poucas empresas e aprofundar desigualdades sociais caso seja utilizada exclusivamente para reduzir custos laborais.

Esta dualidade constitui um dos maiores desafios contemporâneos. A questão já não é saber se a Inteligência Artificial irá transformar o trabalho. Essa transformação encontra-se em curso. A verdadeira questão consiste em decidir que tipo de sociedade queremos construir durante esse processo. Como refere Susskind (2025), o futuro do trabalho dependerá menos da tecnologia disponível e muito mais das instituições capazes de redistribuir oportunidades, promover novas competências e garantir que os ganhos de produtividade beneficiem um número alargado de cidadãos.

O relatório do Stanford Digital Economy Lab reforça precisamente esta ideia ao afirmar que a sociedade enfrenta uma escolha histórica. A IA poderá libertar milhões de pessoas de tarefas repetitivas, aumentar a criatividade, melhorar os cuidados de saúde, acelerar a descoberta científica e permitir uma economia mais produtiva. Contudo, poderá igualmente ampliar fenómenos de vigilância digital, concentração económica e exclusão laboral se não forem implementadas políticas públicas adequadas.

No contexto europeu, esta preocupação assume particular relevância. A União Europeia procura afirmar-se como referência mundial na construção de uma Inteligência Artificial centrada no ser humano, baseada na transparência, responsabilidade e proteção dos direitos fundamentais. O Regulamento Europeu da Inteligência Artificial constitui um primeiro passo importante para garantir confiança tecnológica, embora muitos investigadores defendam que a regulamentação, por si só, será insuficiente sem investimento massivo em educação, inovação e requalificação profissional.

Korinek (2025) argumenta que o maior investimento das próximas décadas deverá ocorrer na preparação das pessoas para trabalharem com sistemas inteligentes e não contra eles. As profissões tenderão a evoluir rapidamente, exigindo competências digitais, capacidade analítica, pensamento crítico, criatividade, comunicação interdisciplinar e aprendizagem contínua. A literacia em Inteligência Artificial deixa de constituir uma competência exclusiva dos especialistas em informática para se transformar numa competência transversal indispensável a profissionais da saúde, gestores, professores, juristas, engenheiros e decisores públicos.

Na área da saúde, estas mudanças são particularmente evidentes. Sistemas inteligentes

apoiam diagnósticos médicos, identificam padrões epidemiológicos, monitorizam doentes crónicos e auxiliam profissionais na tomada de decisão clínica. Contudo, nenhuma destas aplicações elimina a necessidade da intervenção humana. Pelo contrário, reforça a importância do julgamento clínico, da ética, da empatia e da capacidade de interpretar criticamente recomendações produzidas por algoritmos. A IA não substitui o profissional de saúde; transforma profundamente a forma como este exerce a sua profissão.

Também as organizações enfrentam desafios sem precedentes. Empresas que incorporam Inteligência Artificial conseguem reduzir custos, acelerar processos de inovação e aumentar significativamente a produtividade. No entanto, a vantagem competitiva deixará progressivamente de depender apenas da aquisição da tecnologia. Dependerá sobretudo da capacidade das lideranças desenvolverem culturas organizacionais orientadas para aprendizagem contínua, inovação, confiança digital e colaboração entre pessoas e sistemas inteligentes.

Brynjolfsson e McAfee defendem que estamos perante uma nova fase da economia digital, em que o principal fator diferenciador será a qualidade das decisões humanas potenciadas pela Inteligência Artificial. As organizações vencedoras não serão necessariamente aquelas que possuírem os algoritmos mais sofisticados, mas aquelas que conseguirem integrar tecnologia, talento humano, ética e estratégia numa visão comum de criação de valor sustentável.

Ao mesmo tempo, cresce a preocupação relativamente à distribuição dos benefícios económicos gerados pela IA. Diversos estudos alertam para o risco de aumento da concentração de riqueza em grandes empresas tecnológicas capazes de controlar infraestruturas computacionais, modelos fundacionais e grandes volumes de dados. Caso esta tendência não seja acompanhada por mecanismos eficazes de redistribuição, poderão intensificar-se desigualdades económicas, exclusão digital e polarização social.

É precisamente neste contexto que o manifesto subscrito pelos laureados com o Prémio Nobel assume particular significado. O documento não apresenta uma visão pessimista da Inteligência Artificial. Pelo contrário, reconhece o seu enorme potencial para melhorar a qualidade de vida, acelerar descobertas científicas e impulsionar uma nova fase de prosperidade económica. Contudo, recorda que nenhuma destas oportunidades será automática. Exigem decisões políticas, investimento em educação, modernização

institucional e compromisso ético.

A experiência histórica demonstra que as grandes revoluções tecnológicas produziram simultaneamente progresso e desigualdade. A diferença entre ambos resultou sempre da capacidade das sociedades criarem instituições capazes de adaptar mercados de trabalho, sistemas educativos e políticas públicas às novas realidades económicas. A Inteligência Artificial não constitui uma exceção. Talvez represente apenas a transformação mais rápida e profunda alguma vez vivida.

Portugal enfrenta igualmente este desafio. O país dispõe de universidades, centros de investigação e empresas tecnológicas capazes de contribuir para esta transformação. Contudo, será necessário acelerar programas de formação em competências digitais, promover investigação interdisciplinar, apoiar a inovação empresarial e garantir que pequenas e médias empresas conseguem beneficiar das oportunidades proporcionadas pela IA. A competitividade futura dependerá menos da dimensão da economia e mais da rapidez com que pessoas e organizações aprendem a trabalhar com sistemas inteligentes.

Mais do que discutir se a Inteligência Artificial substituirá o ser humano, importa compreender que ela redefinirá profundamente o significado do trabalho, da aprendizagem e da criação de valor. As profissões continuarão a existir, mas serão diferentes. As competências deixarão de ser adquiridas apenas no início da carreira para passarem a ser continuamente atualizadas ao longo da vida. A aprendizagem permanente tornar-se-á uma condição essencial para a empregabilidade.

A grande decisão do nosso tempo não consiste em escolher entre aceitar ou rejeitar a Inteligência Artificial. Essa escolha já não existe. A verdadeira decisão consiste em determinar se queremos orientar esta transformação para uma sociedade mais inclusiva, inovadora e sustentável ou permitir que ela aprofunde desigualdades já existentes. Como salientam os autores do manifesto internacional promovido pela Universidade de Stanford, esperar por consensos absolutos poderá significar agir demasiado tarde. A velocidade da tecnologia não abrandará para acompanhar os ritmos da política ou das instituições. É precisamente por isso que o futuro começa a ser decidido hoje. E talvez a maior responsabilidade da nossa geração seja garantir que a Inteligência Artificial continua a ser uma ferramenta ao serviço das pessoas e nunca um substituto daquilo que nos torna verdadeiramente humanos.

Referências Bibliográficas

- Acemoglu, D. (2025). The AI dilemma: Technology, productivity and shared prosperity. MIT Press.
- Brynjolfsson, E., Li, D., & Raymond, L. R. (2025). Generative AI at Work. National Bureau of Economic Research.
- Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2025). The Second Machine Age (ed. atualizada). W. W. Norton.
- Korinek, A. (2025). The Economics of Transformative AI. Brookings Institution.
- Stanford Digital Economy Lab. (2026). We Must Act Now: A Statement on AI's Transformation of the Economy.
- Susskind, D. (2025). Growth: A Reckoning. Allen Lane.
- World Economic Forum. (2025). The Future of Jobs Report 2025.